



ANAIS

**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

**IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)**

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

DE PEDRA E DE PRETO: O EMBRANQUECIMENTO DO CANDOMBLÉ PELA URBE

Gabriel Pereira Garcia (PG)¹

Prof. Dr. Francesco Romizi (PQ)²

264

Resumo: A relação entre a cultura africana preservada nos candomblés e a inserção do homem branco nessa religiosidade, tem no fenômeno da urbe uma ligação indissociável. O presente trabalho possui por objetivo propor uma reflexão sobre como a Teoria Antropológica Urbana e do Espaço podem ser capazes de evidenciar o processo de embranquecimento do Candomblé no Brasil, a partir dos impactos que o território exerce e influencia nessa religiosidade. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, busca entender os fatores que levaram os negros às urbes e a forma pela qual foram conduzidos/direcionados/forçados a ocupar esses espaços nas cidades é importante ponto de partida para a compreensão de como o fenômeno da urbanização também influenciou o contato dos brancos com a religiosidade negra. Nesse ínterim, é importante refletir sobre como a cidade tem um caráter agregador de uma heterogeneidade de indivíduos, mas que ao mesmo tempo traz em si uma força segmentadora das relações sociais, observadas pelos seus reflexos na territorialidade, ou seja, na ocupação desses espaços urbanos, sobretudo quando a cidade se revela como consumidora de homens e se verifica o impacto da matéria prima imigrante em detrimento da negra. Nesse contexto, a voracidade do capitalismo é expressada na organização espacial da cidade, uma selva de pedra. Esta, por sua vez, torna-se um dos fatores proporcionadores do maior contato do homem branco com candomblé, o qual cria laços pelo exercício da solidariedade, sendo esse princípio informador da cosmovisão africana e remanescente de uma “sociedade primitiva” vivida nos terreiros e que, em um contexto urbano, torna-se verdadeira ilha de resistência cultural e exercício de sobrevivência em contraposição a um epistemicídio oriundo da vida na cidade.

Palavras-chave: Candomblé, Antropologia Urbana, Urbanização.

INTRODUÇÃO

A religiosidade africana, expressada pelo candomblé, evoca a ideia ou um sentimento bucólico, já que esse traz em suas liturgias vários elementos que remetem a uma vida parecida com a rotina da zona rural, nesse sentido a sede física do terreiro de candomblé também é denominada por roça.

Em que pese esse olhar romântico de retorno ao campo ou o vínculo com a natureza, a preservação ou continuação dessa religiosidade é historicamente desafiada, seja pelo modelo

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). Especialista em Gestão Financeira Empresarial Estratégica pela Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FADIR/UFMS). E-mail: pgarciagabriel@hotmail.com

2 Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS) da mesma universidade. E-mail: francesco_romizi@ufms.br

de gestão – ou não gestão – das políticas públicas brasileiras para os ex-escravizados e seus descendentes ou pelo preconceito enraizado na sociedade brasileira que insiste querer se ver alva.

Apesar de todos esses fatores de perseguição epistemológica contra o povo negro, outro modo de vida eminentemente branco e, intimamente capitalista, torna-se verdadeiro algoz para os Povos de Terreiro: a urbe e sua voracidade. Aparentemente lançando um paradoxo entre o próprio *modus operandi* da ritualística candomblecista, tão rural, as cidades e os centros urbanos são chamarizes que atraíram o povo negro, que levou consigo a sua religiosidade.

Se formação e o desenvolvimento das urbes no Brasil foi uma força captadora/condutora dos negros, especialmente os oriundos do nordeste, também é nessas cidades que a mão de obra imigrante será consumida. Assim, a organização do espaço urbano será um reflexo de como esses últimos, os imigrantes brancos, serão a matéria prima mais consumida pelo capital e, conseqüentemente, ocuparão espaços privilegiados nas urbes e também estarão diante da marginalização.

Assim, num primeiro momento os brancos estarão em regiões mais centrais, ao passo que os negros ocuparão os espaços marginais das cidades. Esse posicionamento externo e afastado do núcleo urbano proporciona um maior contato com a natureza, o que revela a marginalização econômica sofrida pelos negros, mas que ao mesmo tempo proporciona um ambiente viável à manutenção da religiosidade negra. Nesse movimento diacrônico entre a subjugação financeira e resistência religiosa cultural a voracidade do capitalismo acarreta um inchaço populacional que, do ponto de vista espacial, coloca negros e brancos em contato.

Sob essa perspectiva há um evidente embranquecimento do candomblé a partir da tangência sociocultural oriunda da ocupação dos territórios urbanos. É no caráter solidário inculcado na base moral e filosófica africana norteadora da religiosidade candomblecista que haverá o maior contato dos brancos e esses passarão a ingressar nessa religião. O binômio resistência x solidariedade são uma síntese de como o candomblé agregou outras etnias que também se viram subjugadas e marginalizadas pela voracidade do crescimento urbano, resultado do avanço do poder do capitalismo.

Para tanto, em “De conceitos e concretos” apresentaremos o conceito do candomblé, já que esse ultrapassa apenas o significado religioso, entenderemos o que é o embranquecimento no candomblé, qual é a definição de cidade/urbe; em “Caminhos metodológicos”, apresentaremos as trilhas, os caminhos percorridos no estado do conhecimento; e, finalmente, em “Os deuses urbanos: a roça na cidade”, refletiremos o processo de embranquecimento do

candomblé a partir da urbanização.

DE CONCEITOS E CONCRETOS

Para percorrermos pelo caminho que nos levará a reflexão de como o fenômeno da cidade influenciou o processo de embranquecimento do candomblé, é importante entendermos o alcance ou sob que óptica estamos analisando alguns conceitos. Assim, nosso ponto de partida é situar o que é o candomblé.

O candomblé³ é uma religião organizada no Brasil pelos africanos trazidos subjugados pela escravidão. Trata-se de uma religião que condensou em si vários ritos e liturgias de diversas divindades africanas, cultuadas em territórios esparsos, mas que continham uma identidade entre si (BASTIDE, 2001). Por isso, quando essa religiosidade africana se organizou no Brasil, unificando os cultos de diversas divindades num mesmo local – o terreiro, roça, ilê ou casa de candomblé – além dos aspectos religiosos outros culturais também se fizeram presentes, ou seja, no mesmo terreiro elementos culturais de diversas partes dos territórios africanos permaneceram presentes.

É por isso que o candomblé torna-se uma comunidade que ultrapassa os limites semânticos de religião sendo expressão de um modo de viver e reconstituição social africana (BASTIDE, 2001. p. 25) em território brasileiro

O terreiro é, portanto, mais que um templo religioso, onde tão somente se expressa ou se vive um credo, é em verdade “uma espécie de “metáfora espacial”, reterritorializa-se a África aqui, os orixás estão todos juntos, no entanto eram representações de povos e territórios distintos.” (RAMOS, 2019, p. 91). Portanto,

[...] o terreiro se constitui em um espaço que recria o mundo africano no solo brasileiro, espaço esse que preserva os princípios civilizatórios da matriz africana, constituindo o que na língua iorubá denomina-se um egbé, isto é, uma comunidade de pessoas com o mesmo propósito. (VEIGA; LEIVAS, 2017. p. 2.620).

O reconhecimento do candomblé como compêndio de uma cosmogonia africana, é

³ Nesse trabalho, quando nos referirmos a candomblé baseamo-nos na concepção do Candomblé de Ketu. Nesse sentido, na África na atual Nigéria o Orixá Ogun era cultuado na região de Irê, Xangô em Oyó, Oxalá em Ilê-Ifé, Oxum em Ijexá e assim por diante. Esse panteão, no Brasil é cultuado pelo Candomblé de Ketu, o nome referencia a origem iorubana do culto. Há também o candomblé de Angola, que possui a mesma dinâmica entre diversas divindades os nkisis, que também eram de territórios distintos na atual Angola e que se condensaram no rito que leva mesmo nome. Há outras vertentes de candomblé que também apontam suas origens, como Jeje, Fon entre outros.

observado pela Convenção 169 da OIT, que apesar de utilizar o termo “tribal”⁴ para denominar essas comunidades tradicionais e ter sido revogada no Brasil, não retira, do ponto de vista jurídico, o caráter tradicional desses povos, conforme Decreto n. 6.040/2007.

Entendidos os contexto e conceito de candomblé pelo qual nosso trabalho perpassará, por embranquecimento do candomblé vamos nos nortear pela definição de proposta por França (2018), que distingue o embranquecimento da branquitude. O primeiro trata-se da presença de um indivíduo de pele branca na religiosidade negra, enquanto o segundo termo representa os efeitos dessa presença, quer dizer, as formas pelas quais o indivíduo influencia a religiosidade a partir de conceitos eurocêntricos – nesse aspecto a cor da pele não tem relação, já que um negro pode refletir branquitudes.

Assim, para efeito da nossa discussão, embranquecimento é a presença do indivíduo de pele branca quando adentra aos cultos candomblecistas. Embora veremos que há um apagamento dessa cor de pele e uma transmutação simbólica na gênese de um novo ser negro, quando da iniciação ritual. (BASTIDE 2001).

Outro conceito importante para nortear as reflexões propostas é de cidade e urbanização. Para Max Weber (1921), sua análise sobre o conceito de cidade prende-se intimamente a conceitos econômicos, uma vez que critérios quantitativos, como densidade demográfica ou área de território, não refletiriam a real essência e natureza das cidades, porque se teria inúmeros exemplos destoantes, e não seriam elementos que pudessem ser idênticos e gerais para categorização/conceituação da cidade.

Assim, Weber identifica o elemento econômico como comum para a identidade de uma cidade, independentemente de relações numéricas, mas como um centro de satisfação de necessidades econômicas dos habitantes locais ou dos arredores, onde além de adquirirem os produtos que necessitam também ofertam os que produzem. (WEBER, 1921. p. 68-69)

A influência da urbanização na organização social dos homens ultrapassa mesmo os critérios quantitativos, como proposto por Weber, pois é o

centro iniciados e controlador da vida econômica, política e cultura que atraiu as localidades mais remotas do mundo para de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo (WIRTH, 1967. p. 89).

Nesse sentido, é imprescindível que para análise sociológica da urbe, os dados

⁴ Os povos de terreiros são nomeados como tribais pela Convenção 169 da OIT, o que revela a permanência de um tom ou discurso eurocêntrico e colonialista. (VEIGA; LEIVAS, 2017. p. 2.612).

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

quantitativos expressos em recenseamentos sejam reveladores de informações qualitativas a fim de que seja alcançada a uma definição para além daquela oriunda das relações capitalistas/industriais, já que haviam cidades antes desse modelo de produção se estabelecer.

Assim, “uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1967. p. 95). Revela-se, portanto, a necessidade de se identificar duas forças, que não são opostas entre si, mas que podem ser complementares em seus efeitos, quais sejam: a cidade e o urbanismo.

Sendo a primeira a forma concreta dessa agregação de pessoas, a segunda por sua vez é a forma subjetiva na qual a cidade é conduzida política, econômica e administrativamente, isto é, a cidade é formação espacial desse encontro social e o urbanismo são os valores informativos de como esse espaço será conduzido, estabelecido.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi concebido a partir da proposta de reflexão acerca do aumento de número de faces brancas, ou seja, o crescente número de adeptos brancos que ingressam no candomblé, uma religiosidade de origem africana.

Como ponto de partida consideramos que tal fato pode ser influenciado sobremaneira pelo contato de diversas culturas proporcionado pelas urbes, especialmente as grandes cidades, chamadas de metrópoles caracterizadas por ser cosmopolitas.

Assim, tomando as reflexões acima como ponto de partida, entendemos que um estudo teórico sobre o tema a partir da Antropologia Urbana e de Espaço, por meio de fontes bibliográfica, artigos, teses e dissertações será bastante elucidativo para o entendimento de como a cidade, sua organização podem ser facilitadoras, proporcionadoras e/ou influenciadoras no processo de embranquecimento do candomblé.

OS DEUSES URBANOS: A ROÇA NA CIDADE

O processo de embranquecimento do candomblé, dentre outros fatores, também pode ser notado pelo desenvolvimento industrial, que acentuou a organização das cidades, por meio da urbanização, sobretudo do Sudeste, em que o contingente imigratório europeu (italianos principalmente) ocupou as principais posições de trabalho, ao passo que os descendentes dos escravos foram marginalizados não sendo empregados em postos de trabalho (ORTIZ, 1999. p. 25-33).

A hipossuficiência financeira desses povos, oriunda da não inserção no mercado de trabalho, no qual fariam jus ao salário, ocasionou não somente o distanciamento da vida “moderna” e industrial e das relações comerciais formais, como também é um forte fator influenciador da organização desses povos no espaço urbano.

O crescimento da cidade, pela criação de indústrias e a demanda por trabalhadores, determinou como os espaços seriam conduzidos, organizados. E assim, em conformidade com o que a lei da oferta e demanda apregoa é fácil verificar que, sobretudo moradias, foram alvo de preocupação com sua alocação espacial e também financeira – os valores com habitação são determinados por um sem fim de fatores, mas todos eles exigem capacidade financeira para pagamento (DION, 2011).

É nesse ínterim que se observa uma população preta, não empregada e, portanto, sem renda, distanciando-se do centro urbano, onde os preços com moradia e manutenção são incompatíveis com suas realidades financeiras (ORTIZ, 1999. p. 27).

Para além da capacidade financeira desses povos, também pode ser denotada uma possível tendência do governo em realizar esse embranquecimento da população a partir da ideologia higienista, que ultrapassa tão somente a maior inserção quantitativa de pessoas brancas – imigrantes europeus – também pode ressaltar uma omissão na condução das políticas públicas para a população negra, de forma tal a não lhes legarem meio de subsistência, o que poderia ocasionar o genocídio e/ou etnocídio dessas populações a partir dessa omissão. Tanto, que os índices de mortalidade dos negros ultrapassavam em muito o dos brancos. (ORTIZ, 199. p. 26). E isso, se considerarmos uma intenção estatal pelo/para o embranquecimento da população nacional, teremos na cidade um mecanismo de apagamento, desaparecimento dessas populações, já que a vida nas cidades são reduzidas a valores.

Considerando que as cidades são consumidoras e não produtores de homens, o valor da vida humana e a avaliação social da personalidade não deixarão de ser afetados pelo saldo entre nascimentos e óbitos. (WIRTH, 1967. p. 108).

Assim, a construção da urbe e suas forças, revelam um poder oculto e destrutivo, e foi preponderante para o afastamento dessa população negra, que trazendo consigo sua cultura, conjuntamente ao aspecto “semi-rural” do subúrbio – longe do poder público e das cifras que regem as relações comerciais urbanas e próximas da ideologia racista do embranquecimento da população – criou-se um ambiente para a resistência e continuação das tradições e ritualísticas candomblecistas.

Com a Abolição da Escravidão em 1888 (...) Com o saneamento da cidade, contudo, os africanos e seus descendentes, pressionados pelo aumento dos aluguéis no centro da cidade, tiveram de se deslocar para o subúrbio, seguindo a linha do trem. Assim, é que foram fundadas as casas de candomblé das zonas periféricas. A demolição dos bairros insalubres, em que os africanos estavam concentrados atendia a uma preocupação predominante na época. Como diz Nina Rodrigues, uma “trilogia nefasta”, arruinava o Brasil: um clima “intertropical nocivo ao branco”, um negro que “não se civiliza” e um português “rotineiro e retrógrado”. Com a política de saneamento, a cidade se livrava ao mesmo tempo de doenças causadas pelo clima e dos “negros selvagens”, empurrados para as margens de uma urbe enfim civilizada’. (CAPONE, 2018, p. 134).

Essa parcela da população preta, agora inserida em um contexto urbano excludente, não só geograficamente, encontra nessas regiões afastadas do centro – o subúrbio – condições favoráveis para a realização das liturgias do candomblé, tão intimamente ligadas a um modo de vida rural⁵ – e também “tribal” de origem africana – que traz uma possível aproximação com os Nkemba, Lundi e demais etnias em A Dança Kalela (MITCHELL, 2010)

Se na Rodésia do Norte a dança era representação da reminiscência do modo de vida tribal, no Brasil, a formação dos terreiros de candomblé nas zonas afastadas do centro da cidade, também é uma representação desse modo de vida e cosmologia africana⁶. Em ambos os casos, além da identidade da origem além-mar, podemos ver que o fenômeno da urbanização também está presente tanto em um caso como no outro e evidente resistência ou persistência na manutenção da tradição.

A busca pela manutenção das tradições ultrapassa a perpetuação desse modo de vida, é também uma fonte de renda e meio de sobrevivência⁷ para essa população preta e marginalizada pelo Estado. Esses povos vieram com os búzios no bolso, e fez disso seu meio de manutenção, em que os brancos tornaram-se clientela dos negros, Sá Júnior (2004). Consequentemente, a tradição religiosa resistiu materializada nos terreiros.

O fenômeno urbano é tão intenso na determinação da sorte do candomblé que faz com que José Beniste (2018), em *As Águas de Oxalá*, dê um tom romântico ao espaço relegado aos

⁵ “Considerando que o espaço consagrado a um Candomblé irá abrigar todo o universo mágico-religioso com preceitos definitivos, a sede deverá ser própria, espaçosa, isolada, com fonte de água natural, terra e plantações” (BENISTE, 2018, p.48).

“Em nenhum lugar do mundo a humanidade se afastou mais da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades.” (WIRTH, 1967. P. 89)

⁶ O termo Africano não é utilizado no sentido de generalizar os Estados e culturas do continente Africano, mas tem o mote de transmitir como o candomblé possui uma miscelânea cultural oriundas de diversos lugares da África e Brasil.

⁷ “É neste ambiente que se produz a intimidade com as divindades e onde se protege e garante a vida e o bem-estar de um povo”. (BENISTE, 2018, p. 46-47)

“O valor de uma casa de candomblé está no amparo ao seu próximo no cotidiano do terreiro. E para ajudar até aquele que já tenha passado para outra vida!” (KILEUY; OXAGUIÁ, 2011, p. 45)

terreiros de candomblé, quando diz que o terreiro

Fica situada, na maioria das vezes, em lugares afastados do centro urbano, não só pelo contato íntimo com a natureza, mas pela conveniência do silêncio em determinadas obrigações, como também o de não incomodar os que não professam o culto, devido aos cânticos e toques. (BENISTE, 2018. p. 48)

É visível que para Beniste (2018), o processo histórico de marginalização dos negros, e consequente marginalização espacial dos terreiros, parece descartável ou desligado de qualquer nexo de causalidade com o as tensões contemporâneas e o processo de urbanização. Ao contrário do que afirma Stefania Capone (2018), quando cita Nina Rodrigues, e, é avalizada pela história, ao demonstrar o impacto da malfazeja urbanização para os candomblecistas.

É nesse sentido que, como apresenta Louis Wirth (1967) o fenômeno da urbanização consolidado nas cidades não é uma “criação instantânea”, e por essa razão a cidade não seria um mecanismo ou força capaz de destruir por completo e imediatamente os modos de vida anteriores a essa urbanidade.

Entendemos, portanto, que a marginalização dos terreiros, é oriunda de políticas ou não-políticas de Estado, e além das outras consequências sociais devastadoras, a localização periférica dos terreiros é a forma visível e concreta, literalmente, de se ver essa realidade. Tanto é assim que Renato Ortiz em visita aos ensinamentos de Florestan Fernandes, traz à tona que o conceito de liberdade do negro integrava a opção de escolha em que, onde, como e quando trabalhar, o que em nada se adequa a mandamento capitalista, que tão somente compra a mão de obra para seguis os modelos de produção. Eis o momento em que

Entregue às engrenagens de uma sociedade em transformação, o negro vai migrar em direção às cidades, estes novos pólos econômicos da nação. Ora, é justamente na zona urbana que ele sofre a concorrência aguda do imigrante, bem mais adaptado do que ele a uma economia de mercado. Por todos os lados, o negro se vê vencido pela concorrência estrangeira, como no caso do artesanato, onde ele ocupava até então uma posição privilegiada. Mesmo nos empregos mais modestos: engraxate, vendedor de jornais, entregador de peixe, ele se vê abatido pelo imigrante, que não teme se desconsiderar, preenchendo essas funções. A expansão da cidade destrói a herança cultural negra que se conservara durante os séculos de colonização. (ORTIZ, 1999. p. 28)

A relação entre o fenômeno urbano, potencializado pelas novas leis do mercado, a nocividade para manutenção da cultura negra, é tamanha que, conforme Renato Ortiz, talvez fosse o colonialismo mais fértil à manutenção dessa identidade cultural negra. É por isso, que a urbe e suas nuances não devem ser desprezadas à análise das relações culturais e transformadoras do candomblé. Afinal, o negro foi escravizado e após isso, esquecido e

impedido de exercer ofícios, frente à competição com mão de obra imigrante mais “especializada”.

O desenvolvimento do escravismo se metamorfoseava regionalmente, temporalmente e no tipo de ambiente social, político e econômico no qual que se estabelecia. O escravismo ganhava diferentes contornos em ambientes urbanos, em zonas de abastecimento interno e em zonas de plantations (latifúndios). (ANDRADE; FERNANDES; DE CARLI, 2015. p. 56)

Assim, na cidade é formado um novo regime escravocrata em que, talvez, os negros no exercício de sua cultura, expressos em sua religiosidade e forma de viver, sejam realmente os libertos, embora vivendo as consequências marginais do exercício dessa liberdade, e os brancos, empregados, sejam os escravizados pelo capital.

Diante dessa realidade urbana e dicotômicas é que, ainda segundo Wirth, proposições sociológicas podem ser realizadas a partir da relação entre “a) *quantidade populacional*; b) *densidade da população*, c) *heterogeneidade de habitantes e vida grupal*”. WIRTH, 1967. p. 97) (grifos do autor). E a partir desses elementos e a relação entre eles, evidencia-se que o ambiente urbano proporciona um aglomerado de pessoas de distintas origens – o que revela que a diferença entre essas pessoas é justamente o que lhes dão caráter complementar em suas necessidades, já que vários modos de vida e de viver trazem consigo suas especificidades e novidades úteis aos diferentes.

Sob essa ótica sociológica, em visita aos postulados de Durkheim, fica evidente que, um aumento no número de indivíduos dividindo o mesmo espaço, consistirá em um terreno fértil para que haja a especialização desses indivíduos, como forma de sobrevivência, resultando em um cenário de competição de atrito, em que haverá a tendência de sobreposição de um em relação ao outro, de forma tal em que, talvez, os laços de parentesco sejam os únicos elementos possíveis de se antever nas relações circunscritas na urbe. Isso denota que, a cidade e o processo de urbanização, trará um modo de vida fragmentar, distante dos que as “sociedades primitivas e rurais” (WIRTH 1967. p. 110), tinham como seus valores e princípios basilares.

Para nós, fica evidente que relação entre cidade, urbanização e espaço é conjunto de elementos e forças potentes e influenciadoras das relações sociais, quanto mais quando se tem que as cidades são consumidoras e não produtoras de homens (WIRTH, 1967. p. 108), portanto, carentes dessa matéria prima – o ser humano – é possível verificar que quanto maior a cidade, mais necessária essa matéria prima, o que gera uma demanda de importação, literalmente, de

humanos, ou seja, de matéria prima imigrante⁸.

É sob esse aspecto, que a resistência e permanência de um modo de viver *a lá* “sociedade primitiva”, como pode ser vivido em um candomblé, traz o conteúdo solidário, já que a filosofia africana não se pauta no conceito utilitarista branco/europeu, mas:

Esse uso, todavia, é distinto do utilitarismo da concepção de natureza desenvolvida pelas reflexões das sociedades europeias, especial a partir do processo de revolução industrial (...) O uso para os africanos, é integrado e encaminha-se na dimensão de doação e restituição entre o ser humanos, as forças da natureza e as espiritualidades (LOPES; SIMAS, 2020. p. 33).

Portanto, sobre o descortinamento dos efeitos da cidade e urbanização, levando-se em consideração a voracidade com que a urbe consome os seres humanos, há um evidente epistemicídio por meio de uma fragmentação das relações. Em contraposição a essa fragmentação, a perpetuação de estruturas ditas primitivas e tribais, revelam-se um porto para a resistência da existência humana. As relações de parentesco, familiares, criam vínculos simbólicos capazes de apagar a origem étnica, permitindo assim que o branco torne-se africano e adentre ao seio da família e religiosidade, como um comum, um nativo.

A iniciação religiosa, que permite a acumulação de axé, patrimônio dos antigos terreiros tradicionais da Bahia, apagaria, portanto, as diferenças de cor ou de classe. Tudo é questão de conhecimento da verdadeira tradição: “Quanto mais o conhecimento do dogma e da liturgia é profundo, mais o axé se desenvolve e a tradição se preserva (Santos e Santos 1993a). (CAPONE, 2018. p. 332).

Nesse contexto apresentado, a organização social proposta/determinada pela dinâmica da cidade, revela como os aspectos culturais de origem africana, representados nos terreiros de candomblé podem ser fatores determinantes para o ingresso do branco no universo dessa religiosidade. Se a urbe se revela epistemicida, é na roça de candomblé que a vida e o modo de viver serão preservados, inclusive para o branco, que uma vez inserido nessa comunidade religiosa, passa a ser um nativo.

Essa concepção de que a comunidade religiosa candomblecista integra ao seu seio homens de diversas etnias (BASTIDE, 2001), parece ser condição essencial da própria epistemologia religiosa. Entretanto, buscar a compreensão das forças que aumentam quantitativamente o ingresso do homem branco nessa religiosidade, por meio de um olhar

⁸ É nesse sentido que as maiores cidades demandam maior número de negros e outros grupos raciais, em relação às comunidades pequenas (WIRTH 1967. p. 107). Evidente, portanto, que no Brasil a presença do negro, sobretudo nas grandes cidades, aliado à substituição de sua mão de obra pela dos imigrantes, traz um vetor importantíssimo para análise da constituição dessas metrópoles e outras cidades.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: Uel, 2021.

antropológico a partir do entendimento da constituição e efeitos socioculturais que a cidade exerce, através de estudos etnográficos, são maneiras eficazes para revelar essas as origens, forças e consequências dessas mudanças nas relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho, pudemos realizar uma visão panorâmica a partir do entendimento de como o candomblé ultrapassa o conceito de religião, sendo um modo de viver que expressa reminiscências da organização social africana. A partir disso, buscamos também entender o conceito de cidade e urbanização, sob o viés da interpretação antropológica e sociológica.

Nesse ínterim, a cidade possui um caráter de consumidora de homens, vez que esses são a força motriz que opera as engrenagens do capital. Assim, parece que, a cada homem consumido a cidade expande seus limites geográficos e, esses lugares mais afastados do centro urbano são os destinados àqueles que não são homens-matéria-prima, os não financeiramente valorizados, ou seja, os que tem pouca ou nenhuma remuneração.

Esse consumo da força/vida humana e essa expansão territorial são fortes indicadores do processo de marginalização dos terreiros de candomblé e também grande indício de como os brancos, a partir da urbanização, puderam ter maior contato com aquela religiosidade, seja por consumirem os saberes tradicionais praticados no candomblé – clientes – seja também por serem marginalizados no processo de consumo do homem-matéria-prima e encontrarem no candomblé ponto de resistência para existência.

Essa contraposição de forças e formas de viver, em um ambiente urbano, denota a ambivalência entre o existir e o desaparecer. Sob um ponto de vista epistemológico, a urbe revela sua face consumidora da energia vital individual do ser humano e também social, por suas consequências coletivas. Assim, não parece absurdo concluir que ela oculte um poder democraticamente devorador, quando passa a não mais escolher quais vidas e culturas consumir, já que indistintamente promove o epistemicídio generalizado, sendo o candomblé uma das formas de objeção a esse desaparecimento e ponto de acolhimento dos brancos.

É por isso que ao percorrermos em nossa pesquisa bibliográfica à luz do que a Antropologia Urbana e do Espaço contribuem para a discussão, nos resta claro que estudos etnográficos no seio dessas realidades e, a partir do fenômeno da cidade como base para entendimento dos movimentos dessas relações sociais, é sobremaneira elucidativo nessas novas

organizações contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruno; FERNANDES, Bruno Diniz; DE CARLI, Caetano. **O fim do escravismo e o escravismo sem fim** – colonialidade, direito e emancipação social no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, p. 551-597, 2015.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**: rito nagô. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENISTE, José. **As águas de Oxalá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª ed. 2018.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para assuntos jurídicos, **Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm#textoimpressao> Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 02 jul. 2021.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé**: tradição e poder no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

DION, Michael. **O mindarewa**: uma francesa no candomblé, a busca de uma outra verdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

FRANÇA, Jonas. **Elementos para um debate sobre os brancos e a branquitude no candomblé**: identidade, espaços e responsabilidades. *Revista Calundu*, vol. 2, n. 2, 2018, p. 55-81. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/15706/18995> Acesso em: 01 fev. 2021.

KILEUY, Odé; OXAGUIÃ, Vera de. **O candomblé bem explicado**: nações Bantu, Ioruba e Fon. Org. Marcelo Barros. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias Africanas**: uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

- MITCHELL, James Clyde (2010). A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanos da Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 365-436.
- RAMOS, Luciana de Souza. **O Direito achado na encruza: territórios de luta, (re) construção da justiça e reconhecimento de uma epistemologia jurídica afro-diaspórica**. 2019. 412 f., il. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SÁ JÚNIOR, Mario Teixeira de. **A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influencia na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960)**. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em História – Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.
- VEIGA, C. K.; LEIVAS, Paulo. **Comunidades tradicionais negras e a proteção da Convenção 169 da OIT**. *Revista Direito & Práxis*, v. 8, p. 2599-2628-2628, 2017.
- WEBER, Max. **Conceito e categorias da cidade (1921)**. Trad. de Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme (organizador). *O fenômeno urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Textos básicos de ciências sociais, p. 67-88, 1967.
- WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. Trad. de Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio Guilherme (organizador). *O fenômeno urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Textos básicos de ciências sociais, p. 89-112, 1967.

* * * * *